



SENADO FEDERAL

CONTRATO Nº 2026/0160

Que entre si celebram, de um lado, a **UNIÃO** por intermédio do **SENADO FEDERAL** e, do outro, **CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO**, para a locação de espaço físico para a participação do Senado Federal na 28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, e **CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO**, com sede na Rua Cristiano Viana, 91 – Pinheiros – São Paulo/SP, CEP: 05411-000, Email: cbl@cbl.org.br, telefone nº (11) 3069-1300, CNPJ-MF nº 60.792.942/0001-81, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. SEVANI MATOS DE OLIVEIRA, CI. 18066379, expedida pela SSP/SP, CPF nº 104.965.908-20, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de inexigibilidade de licitação com base no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, autorizada pela Senhora Diretora-Geral, conforme documento digital nº 00100.134480/2026-21 do Processo nº 00200.007285/2026-09, observado o Parecer nº 384/2026 – ADVOSF, documento digital nº 00100.124065/2026-69 incorporando a este instrumento a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº 00100.070375/2026-56-1, e o Termo de Referência, documento digital nº 00100.109739/2026-03, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a locação de espaço físico para a participação do SENADO na **28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo**, que será realizada no período de 4 a 13 de setembro de 2026, no Distrito Anhembi, em São Paulo - SP, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto descrito no caput desta cláusula deve apresentar as seguintes especificações técnicas:

Item	Unidade de medida	Quantidade	Especificação do item
1	Metro quadrado	120	Área livre
2	KVA	6	Energia 220V bifásica
3	Metro quadrado	120	Taxa de limpeza padrão
4	Unidade	1	Ativação digital pacote bronze
5	Unidade	1	Taxa da Prefeitura
6	Unidade	1	Seguro obrigatório estande



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV** - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da





SENADO FEDERAL

pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do objeto deste contrato no prazo de 2 (dois) dias anteriores à data prevista para o início do evento, finalizando sua execução 2 (dois) após o seu término, período necessário para montagem, desmontagem e carregamento de livros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O espaço a ser disponibilizado pela CONTRATADA corresponde à área total de 120 m² (cento e vinte metros quadrados), conforme descrito no mapa detalhado presente no Anexo 1 deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA disponibilizará ao SENADO e às empresas por ele definidas o acesso absoluto e irrestrito ao espaço a ser ocupado durante o período de 02/09/2026 a 15/09/2026, com vistas a viabilizar a montagem, a ocupação, a desmontagem e a desocupação dos respectivos estandes.

I – O período adicional de 2 (dois) dias antes até 2 (dois) dias depois da realização do evento não gerará ônus para o SENADO, visto que serve para a execução de atividades preparatórias.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO TERCEIRO – Toda e qualquer outra atividade oferecida espontaneamente ao SENADO pela CONTRATADA, como a participação virtual em plataformas e eventos, deverá ser realizada de forma consensual, sem qualquer ônus para o SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – Por tratar-se de contrato de prestação de serviços de disponibilização de espaço físico para a participação do SENADO em evento com data, local e duração definida, fica dispensada a emissão de ordem de serviço para a sua execução.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso haja mudança de data ou local do evento após a celebração do contrato, a CONTRATADA se compromete a disponibilizar espaço equivalente em tamanho e localização, reservado ao SENADO o direito de não mais participar do evento, sem qualquer ônus para o SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO – O espaço disponibilizado deverá ser coberto.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:

I – Provisoriamente, após o término do evento, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

II – Definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

PARÁGRAFO OITAVO – A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA se dará por e-mail, por meio dos contatos segcig@senado.leg.br e feirasdelivro@senado.leg.br.

PARÁGRAFO NONO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº 00100.070375/2026-56-1, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Metro quadrado	120	Área livre	1.033,00	123.960,00
2	KVA	6	Energia 220v bifásica	750,00	4.500,00
3	Metro quadrado	120	Taxa de limpeza padrão	25,00	3.000,00
4	Unidade	1	Ativação digital pacote bronze	545,00	545,00





SENADO FEDERAL

5	Unidade	1	Taxa da prefeitura	369,00	369,00
6	Unidade	1	Seguro obrigatório estande	1.262,95	1.262,95
VALOR TOTAL					R\$ 133.635,95

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor total do presente instrumento é de **R\$ 133.635,95** (cento e trinta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, acompanhada da nota de empenho, condicionado ao termo circunstanciado de recebimento definitivo do objeto, conforme previsto no Parágrafo Sétimo da Cláusula Quarta.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$ $I = 6 / 100 / 365$ $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



**SENADO FEDERAL****CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE**

Caso o pagamento não ocorra nos primeiros 12 (doze) meses do contrato por motivo atribuível ao SENADO, o preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data de celebração deste contrato, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e o último aniversário do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 167458 e Natureza de Despesa 3.3.90.39, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º 2026NE4139, de 17 de julho de 2026.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato, sujeitando-se às seguintes penalidades:



**SENADO FEDERAL**

- I** – advertência;
- II** – multa;
- III** – impedimento de licitar e contratar; e
- IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:



**SENADO FEDERAL**

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

PARÁGRAFO SEXTO – O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do Parágrafo Quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Primeiro e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Nono, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.





SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para o SENADO FEDERAL;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** – a não reincidência da infração;
- VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Primeiro.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;





SENADO FEDERAL

II – consensual, por acordo entre as partes; ou

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato terá início a partir de sua celebração e se encerrará após o término da participação do SENADO na 28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo 2026 ou quando houver o pleno cumprimento de seu objeto, nos casos de eventuais mudanças de local e datas previstas neste instrumento, assegurada sua prorrogação automática, se for o caso, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2026.

ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL

SEVANI MATOS DE OLIVEIRA
CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

Testemunhas:

Diretor da SADCON

Coordenador da COPLAC

U:\COPLAC\SECON\SECON2026\MINUTAS\CONTRATO\CONTRATAÇÃO DIRETA\CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO - CT NOVO - 7285 2026 (L).docx





SENADO FEDERAL

ANEXO 1

MAPA DETALHADO DA LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO A SER OCUPADO PELO SENADO FEDERAL NA 28ª BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO DE SÃO PAULO 2026.



CONTRATO - CBL X SENADO FEDERAL - 28º BILSP - 08.2026.pdf

Documento número #e4c09715-1135-439f-945b-4c2a26773454

Hash do documento original (SHA256): 5b171b62b05081aac83c1305ee578350238bb8890c44f925a085f624008e30e5

Assinaturas

- ✓

Tanderson Schmitt Morales

CPF: 369.677.168-67

Assinou como advogado(a) em 10 ago 2026 às 08:52:18
- ✓

Carla de Oliveira Ayres

CPF: 313.201.958-57

Assinou como testemunha em 06 ago 2026 às 17:54:41
- ✓

Fernanda Gomes Garcia

CPF: 271.571.708-33

Assinou como testemunha em 06 ago 2026 às 17:54:47
- ✓

Diego Drumond e Lima

CPF: 214.583.928-30

Assinou em 06 ago 2026 às 18:11:10
- ✓

Sevani de Matos Oliveira

CPF: 104.965.908-20

Assinou em 12 ago 2026 às 16:53:47

Log

06 ago 2026, 17:52:06	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea criou este documento número e4c09715-1135-439f-945b-4c2a26773454. Data limite para assinatura do documento: 05 de setembro de 2026 (17:52). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 15 de setembro de 2026 (15:17).

06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea adicionou à Lista de Assinatura: carla.ayres@cbl.org.br para assinar como testemunha, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Carla de Oliveira Ayres.
06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea adicionou à Lista de Assinatura: tandersonmorales@cbl.org.br para assinar como advogado(a), via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Tanderson Schmitt Morales e CPF 369.677.168-67.
06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea adicionou à Lista de Assinatura: presidente@cbl.org.br para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sevani de Matos Oliveira e CPF 104.965.908-20.
06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea adicionou à Lista de Assinatura: *****8250 para assinar como testemunha, via WhatsApp. Pontos de autenticação: Whatsapp 11997148250; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fernanda Gomes Garcia e CPF 271.571.708-33.
06 ago 2026, 17:53:47	Operador com email samuelbatista@cbl.org.br na Conta 84119ad9-17ac-4a1e-abf0-5f13ec609aea adicionou à Lista de Assinatura: Diego.drumond.lima@gmail.com para assinar, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Diego Drumond e Lima e CPF 214.583.928-30.
06 ago 2026, 17:54:41	Carla de Oliveira Ayres assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail carla.ayres@cbl.org.br. CPF informado: 313.201.958-57. IP: 177.172.249.92. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.567553761439 e longitude -46.4942563123719. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1493.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 ago 2026, 17:54:47	Fernanda Gomes Garcia assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via WhatsApp *****8250, com hash prefixo f3635a(...). CPF informado: 271.571.708-33. IP: 179.151.170.165. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude 45.38253012274313 e longitude -75.69660007794552. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1493.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
06 ago 2026, 18:11:10	Diego Drumond e Lima assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail Diego.drumond.lima@gmail.com. CPF informado: 214.583.928-30. IP: 179.97.189.48. Componente de assinatura versão 1.1494.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

10 ago 2026, 08:52:18	Tanderson Schmitt Morales assinou como advogado(a). Pontos de autenticação: Token via E-mail tandersonmorales@cbl.org.br. CPF informado: 369.677.168-67. IP: 149.19.165.144. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.47927568114302 e longitude -46.93403033920801. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.1494.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
12 ago 2026, 16:53:47	Sevani de Matos Oliveira assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail presidente@cbl.org.br. CPF informado: 104.965.908-20. IP: 201.6.108.102. Componente de assinatura versão 1.1497.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
12 ago 2026, 16:53:55	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número e4c09715-1135-439f-945b-4c2a26773454.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº e4c09715-1135-439f-945b-4c2a26773454, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.



 O documento foi assinado por:

RODRIGO GALHA	13/08/2026 08:57:29	
ALEXANDRE MATTOS DE FREITAS	13/08/2026 11:34:31	
EVANDRO APARECIDO BALDUTTI	14/08/2026 13:46:00	

A assinatura digital deste documento é Válida e Confiável.

Para obter mais informações sobre o certificado usado para assinar digitalmente o documento clique em Detalhes.